



Cidade

Nos 10 anos da Lei Maria da Penha, Bragança Paulista espera aprovação de projetos de combate à violência contra a mulher

SÁBADO, 06 AGO 2016

Versão para impressão

Tamanho dos caracteres



Secretária de Segurança Rosana Vendramini e a primeira-dama Rosângela Leme disseram que projetos em defesa da mulher, se aprovados em lei, poderão ter estrutura ainda melhor para Bragança no cumprimento da Lei Maria da Penha.

FOTO: BJD

A Lei Maria da Penha completa 10 anos neste domingo, 7. O tema violência contra a mulher veio à tona nesta semana em Bragança Paulista, na Câmara Municipal, em sessão realizada na última terça-feira, que aprovou em 1º turno os projetos de leis 26 e 27 de 2016, ambos do Executivo, que visam, respectivamente, a instituição do Projeto Guardiã Maria da Penha e Projeto Prevenção da Violência Doméstica com Estratégia Saúde da Família (ESF), ambos em defesa da mulher. Na próxima terça-feira, 9, em sessão ordinária na Câmara Municipal, os projetos serão votados em 2º turno e devem ser aprovados.

“A partir do momento em que esses projetos são instituídos em lei, o município pode buscar os meios mais apropriados para que funcionem ainda melhor, contando com mais recursos, como, por exemplo, uma equipe própria e uma viatura para o ‘Guardiã Maria da Penha’. Os projetos podem ser muito mais aperfeiçoados se transformados em lei”, comentou a primeira-dama Rosângela Leme, em entrevista ao BJD.



Os projetos são desenvolvidos desde abril em Bragança Paulista, em parceria com o Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid), do Ministério Público (MP), pioneiro no interior de São Paulo, e funcionam através de um termo de cooperação com o MP, com validade de três anos.

O 'Guardiã Maria da Penha' capacita guardas civis para executar visitas regulares à casa de vítimas, orientá-las e verificar se o agressor está cumprindo as exigências estabelecidas na medida protetiva; e o 'Projeto de Prevenção da Violência Doméstica com a ESF' consiste em capacitar agentes de saúde para que, durante as visitas domiciliares, identifiquem e orientem mulheres vítimas de violência doméstica.

Desde o início dos trabalhos, 29 medidas protetivas foram expedidas pelo MP, 11 mulheres alegaram não ter mais problemas e pediram exclusão do projeto e 18 casos estão em andamento, segundo a Secretaria Municipal de Segurança. Foram realizadas ainda, de acordo com as ocorrências policiais, cinco prisões de homens que descumpriram as medidas protetivas.

"Os resultados estão acima do esperado, porque agora cada vez mais mulheres estão sabendo que existe esse projeto para ampará-las. Muitas sofriam caladas e agora estão se manifestando", diz Rosângela. A Guarda Civil tem um canal direto com o Ministério Público e garante a medida protetiva assim que solicitada.

"Assim que recebemos do Ministério Público a medida protetiva e a adesão da pessoa ao projeto, fazemos a primeira visita na residência da mulher, para saber o que ela passou e o que aconteceu, aplicamos um questionário e isso dá uma segurança muito grande para elas de que realmente a medida protetiva será cumprida. Se acontecer de o parceiro voltar a ficar perto ou invadir a casa, ela tem a orientação do que tem que fazer para se proteger.

Ela pode estabelecer rotas de fuga, avisar um vizinho, ter uma chave sempre escondida, um telefone, além de uma cartilha que disponibilizamos com os telefones para os quais ela pode ligar, os atendimentos da Prefeitura (o CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social e o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social), onde às vezes é encaminhada para tratamento psicológico", explica a secretária de Segurança Rosana Vendramini. "Essa orientação da rota de fuga às vezes salva a vida da pessoa", completa a primeira-dama.

No total, vinte guardas civis participaram de dois cursos de capacitação oferecidos pelo Ministério Público para aplicação do Projeto Guardiã Maria da Penha. Eles foram capacitados para entender o ciclo da violência (patrimonial, moral, física, sexual ou psicológica) e orientar as vítimas sobre o comportamento do agressor, desconstruindo alguns mitos, como o da "lua de mel", quando o agressor procura agradar a vítima e demonstrar arrependimento, para depois voltar a dominar a situação e agir com violência.

A LEI

No Brasil, uma a cada cinco mulheres é vítima de violência doméstica, segundo dados da Secretaria de Política para Mulheres. Cerca de 80% dos casos são cometidos por parceiros ou ex-parceiros.

Há dez anos, uma lei foi criada no país para punir os autores da violência no ambiente familiar. Batizada de Maria da Penha, em homenagem a uma das tantas vítimas de agressão, ela é considerada uma das melhores legislações do mundo no combate à violência contra as mulheres pela ONU (Organização das Nações Unidas).

"As medidas protetivas, estabelecidas na Lei Maria da Penha vinham sendo consideradas praticamente letra morta. Projetos como o Guardiã Maria da Penha vêm para fazer com que se cumpra a lei. Foram realizadas cinco prisões, porque os agressores não acreditaram no funcionamento da medida protetiva. A Lei Maria da Penha vai pegar sim em Bragança, porque a

VÍDEOS

CASA BRAGANCA



Casa Bragança

Programa de descentralização do atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. O Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA) de Bragança Paulista é assunto no Papo Sêrio de Jovens...

Passando pelo Passado



Passando pelo Passado

Pesquisar o passado para entender o presente. Reunir o máximo de elementos para explicar como, quando e por que aconteceu tal coisa. "Sem memória histórica não há identidade". "Perceber a forma como o passado foi construído nos dá mais munção para lidarmos com o presente e para incorporarmos o papel de agentes históricos, o que todos nós somos".

> Acesse nossa videoteca



PEÇA SUA MÚSICA

f DGMXX BRAGANÇA

t @DGMXX

OUÇA A RÁDIO WEB
DGMXX BRAGANÇA

(11) 9 9715-6196

ESPECIAIS

Relembre os especiais do BJD.



Edição nº2
(Agosto 2012)

Edição nº1
(Dezembro 2011)



Edição Publieditorial
(Março 2016)

Edição Publieditorial
(Novembro 2014)

Guarda Civil está muito atuante.

Não podemos comemorar as prisões por um lado, porque significa que crimes de violência contra a mulher continuam sendo cometidos, mas por outro lado sim, porque isso vai significar um aprendizado para as pessoas, de que a lei funciona e resulta em prisões em caso de descumprimento”, declara Rosângela, que também está à frente da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres de Bragança.

0

Tweet

Curtir

ASSINE O BJD

FALE COM A REDAÇÃO

INFORMAÇÕES DE COPYRIGHT